

FOCO NO PLANALTO

Notas sobre a semana de 20 a 24 de dezembro, em Brasília.

SEMANA TEM AS ATENÇÕES PARA O ORÇAMENTO

Orçamento em pauta. A Comissão Mista de Orçamento (CMO) suspendeu nesta segunda-feira (20) reunião que analisa o relatório final sobre o Projeto da Lei Orçamentária Anual de 2022 (PLN 19/2021). A análise do relatório deverá ser retomada na terça (21). As duas sessões do Congresso Nacional convocadas para a análise da matéria nesta segunda-feira (20) foram canceladas. A presidente da CMO, senadora Rose de Freitas (MDB-ES), disse que o relatório do deputado Hugo Leal (PSD-RJ) será apenas debatido nesta segunda-feira. A intenção é discutir eventuais ajustes nas dotações previstas para as áreas de Educação e Saúde e eventuais reajustes no salário do funcionalismo. O texto prevê salário mínimo de R\$ 1.211,98 inflação de 5,02%, taxa de juros de 11,25% e dólar de R\$ 5,55 no próximo ano.

Congresso Nacional encerra seus trabalhos legislativos nesta semana. Com a conclusão da votação do orçamento de 2022, terá início o recesso parlamentar. Senadores e deputados só retomam suas atividades no dia 2 de fevereiro de 2022. Durante o recesso, a pauta dos

parlamentares já deve focar na definição dos arranjos políticos e partidários para suas eleições. O presidente da Câmara, deputado Arthur Lira (PP-AL) já tem definido a sua candidatura para a reeleição como deputado federal, e o senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG) aguarda a definição do cenário das eleições majoritárias, uma vez que sua candidatura à Presidência da República não tem atraído grandes apoiadores.

Governo sofreu reveses no Judiciário. A Justiça Federal do Rio de Janeiro afastou do cargo a presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), Larissa Rodrigues Peixoto, acatando pedido do Ministério Público Federal, sob a alegação de interferência política do governo no órgão. A outra decisão negativa veio do STF. A ministra Rosa Weber derrubou a modificação nos integrantes do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) feita por Jair Bolsonaro e Ricardo Salles, ex-ministro do Meio Ambiente. A mudança na composição do órgão reduziu a proliferação de entidades civis e ONGs no Conselho, fortalecendo a presença do governo federal. Espera-se que a AGU recorra das duas decisões, mas a reversão junto à decisão do Supremo não é esperada pelo Governo.

Destaque da Semana

Terça-feira

- **A Comissão Mista de Orçamento (CMO)** do Congresso Nacional pode votar a peça orçamentária de 2022.

Poder Executivo

Presidência da República

Agenda do Presidente - Jair Bolsonaro viajou na sexta (17) para o Guarujá, no litoral de São Paulo. Deve retornar para Brasília em 23 de dezembro para passar o Natal com a família.

ME Ministério da Economia

Agenda do diretor de política monetária - Bruno Serra Fernandes participou, nesta segunda (20), de reuniões com investidores trazidos pela

BACEN
Banco Central do Brasil

UBS Brasil e representantes da XP Investimentos. Além disso, participou da 8ª Reunião de Comitê de Decisão de Recurso e Reexame (Coder), por videoconferência. Ademais, participou como ouvinte do seminário organizado pelo Instituto de Estudos de Política Econômica/Casa das Garças (IEPE/CdG)

Balança Comercial - Para o saldo da balança comercial, a projeção em 2021 recuou de US\$ 59,90 bilhões para US\$ 59,09 de resultado positivo. Para 2022, a estimativa dos especialistas do mercado caiu de US\$ 55,80 bilhões para US\$ 55,25 bilhões de superávit.

Boletim Focus - Para o IPCA, a inflação oficial do país, a expectativa do mercado para o ano de 2021 recuou de 10,05% para 10,04%. No caso do PIB 2021, os economistas do mercado financeiro reduziram a estimativa de crescimento de 4,65% para 4,58%. O mercado financeiro manteve em 11,50% ao ano a previsão para a Selic no fim de 2021. A projeção para a taxa de câmbio do dólar no fim de 2021 subiu de R\$ 5,59 para R\$ 5,60. Para o fim de 2022, avançou de R\$ 5,55 para R\$ 5,57 por dólar.

Poder Legislativo

Congresso Nacional

A **Comissão Mista de Orçamento** (CMO) do Congresso adiou para a terça (21) a votação da peça orçamentária de 2022.

Senado Federal

O Plenário do **Senado Federal** aprovou o [PLP 32/2021](#), que altera a Lei Kandir para regulamentar a cobrança do ICMS nas operações e prestações interestaduais destinadas a consumidor final não contribuinte do imposto, a matéria vai à sanção.

Política

Conheça os 12 pré-candidatos à Presidência em 2022. Faltam 286 dias para o 1º turno das eleições presidenciais, em 2 de outubro de 2022. Na segunda-feira (20), o Poder360 contabilizou 12 pré-candidatos para as eleições de 2022, sendo eles: Lula (PT), Jair Bolsonaro (PL), Sergio Moro (Podemos), Ciro Gomes (PDT), João Doria (PSDB), Rodrigo Pacheco (PSD), Simone Tebet (MDB), Alessandro Vieira (Cidadania), Aldo Rebelo (sem partido), André Janones (Avante), Felipe D'Ávila (Novo) e Leonardo Péricles (UP). Fonte: Poder 360

Ipespe: Lula lidera com 43% a 44% no 1º turno. Pesquisa Ipespe realizada de 14 e 16 de dezembro mostra que o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) liderando o 1º turno da corrida eleitoral para a Presidência da República em 2022, com uma vantagem de 20 pontos sobre o presidente Jair Bolsonaro (PL), que figura em 2º lugar. O Ipespe testou 2 cenários, que registraram variação mínima entre si. No 1º –que também inclui Sergio Moro (Podemos), Ciro Gomes (PDT), João Doria (PSDB), Felipe D'Ávila (Novo) e Rodrigo Pacheco (PSD)– o petista marca 44%, contra 24% do atual presidente da República. Fonte: Poder 360

“Pode ser até o próprio Mourão”, diz Bolsonaro sobre vice. O presidente Jair Bolsonaro (PL) afirmou no domingo (19) que pode escolher o vice-presidente Hamilton Mourão (PRTB) de novo para compor chapa nas

eleições de 2022. O chefe do Executivo disse que ainda não decidiu, mas que buscará um vice que “agregue” e tenha “conhecimento”. Fonte: Poder 360

Lula e Alckmin se encontram em jantar em São Paulo. O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e o ex-governador de São Paulo Geraldo Alckmin (sem partido) se encontraram em jantar em São Paulo no domingo (19). O evento de final de ano é do grupo Prerrogativas — integrado por advogados, juristas e artistas. Quarta-feira dia 15, Alckmin anunciou sua saída do PSDB. Na movimentação dos partidos para a eleição do ano que vem, ele próprio admitiu a possibilidade de ser candidato a vice-presidente na chapa de Lula. O petista tem dito que só anuncia oficialmente a candidatura em março. Fonte: G1 Notícias

Túlio Gadêlha sai do PDT e anuncia filiação à Rede. O deputado federal Túlio Gadêlha anunciou no sábado (18), em post publicado em seu perfil oficial do Instagram, a sua saída do PDT para a sigla Rede Sustentabilidade. Fonte: Poder 360

Randolfe pede suspeição de Mendonça em processo que investiga Bolsonaro. O senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) pediu a suspeição do ministro André Mendonça, do STF, no processo em que pede investigação contra o presidente Jair Bolsonaro (PL) por supostas interferências no Iphan. Mendonça foi sorteado relator do pedido de investigação na sexta-feira (17), um dia depois de tomar posse na Corte. Fonte: Poder 360

Senado escolhe nomes para compor a Comissão Representativa do Congresso. O Senado definiu na quinta-feira (16) os nomes dos senadores que vão compor a comissão representativa do Congresso Nacional para o período do recesso legislativo. O grupo de parlamentares — que inclui também deputados — atua em situações emergenciais. Na presidência da sessão, o senador Carlos Fávaro (PSD-MT) anunciou os nomes indicados pelas lideranças partidárias e aprovados em Plenário. Compete à comissão representativa, entre outras prerrogativas, zelar pela preservação da competência legislativa do Congresso Nacional em face da atribuição normativa dos outros Poderes; deliberar sobre diversos assuntos de competência do Congresso; fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo; e exercer outras atribuições de caráter urgente, que não possam aguardar o início do período legislativo seguinte sem prejuízo para o país ou suas instituições. Fonte: Agência Senado

Congresso derruba veto, e governo terá de pagar emendas de relator segundo prioridades definidas pelos parlamentares. O Congresso derrubou na sexta-feira (17) o veto do presidente Jair Bolsonaro a um dispositivo da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) 2022 que determina que o governo execute emendas ao Orçamento 2022 de acordo com a ordem de prioridade determinada pelos seus autores, isto é, os parlamentares. Fonte: G1 Notícias

Relator do Orçamento de 2022 propõe PEC para definir teto de gastos por lei a cada quatro anos. O relator-geral do Orçamento de 2022, Hugo Leal (PSD-RJ), propôs no relatório final da peça orçamentária uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) para redefinir o teto de gastos, que atrela o crescimento das despesas à inflação, a cada quatro anos. O documento foi apresentado pelo deputado na segunda-feira, 20. Hoje, o teto de gastos é a principal norma que garante a sustentabilidade das contas públicas, chamada tecnicamente de âncora fiscal. A regra foi aprovada no governo do ex-presidente Michel Temer e sua revisão já está programada para 2026, dez anos depois de entrar em vigor. Fonte: O Estado de S. Paulo

Lira deixa decisão sobre semipresidencialismo para a próxima legislatura. Arthur Lira (PP-AL) ainda não jogou a toalha em seu projeto de instalar o semipresidencialismo no Brasil, mas, agora, alongou os prazos de sua proposta para além de seu reinado na Câmara. Lira defende que a mudança só seja votada pela próxima legislatura e que, caso aprovado, o novo sistema de governo seja adotado em 2030. Ele não descarta a possibilidade de um plebiscito. A interlocutores, o presidente da Casa tem dito que pretende formar um grupo para discutir o tema já na volta dos trabalhos do Legislativo no próximo ano. A ideia de Lira é abrir o diálogo e criar um “apelo social” em torno do tema para que os candidatos à Presidência tenham de se posicionar sobre a questão. Fonte: O Estado de S. Paulo

Congresso aprova R\$ 31 milhões para seis ministérios. O Congresso Nacional aprovou o PLN 30/2021, que abre crédito suplementar de R\$ 31,4 milhões no Orçamento deste ano para seis ministérios. A

suplementação tem como origem o cancelamento de dotações para outros programas, entre os quais R\$ 3 milhões do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). A maior parte dos recursos (R\$ 19,3 milhões) vai para Saúde, sendo que R\$ 4,6 milhões vão financiar a pesquisa e o combate à pandemia da covid-19 pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e R\$ 14,7 milhões cobrirão emendas para atenção especializada e primária à saúde. Outros R\$ 6,5 milhões se destinam a transferências especiais constitucionais para os estados do Piauí (R\$ 300 mil), de Minas Gerais (R\$ 2,2 milhões) e São Paulo (R\$ 4 milhões). Fonte: Agência Senado

Governo prevê ano de atritos na Câmara e líder elenca pauta prioritária. O ano de 2021 se encerra após uma série de episódios conturbados para a ala governista na Câmara dos Deputados. Apesar de manter o presidente, deputado Arthur Lira (PP-AL) na condição de estratégico aliado, a gestão Jair Bolsonaro enfrentou resistências da oposição que resultarem na rejeição de pautas como a PEC do Voto Impresso, assunto de especial interesse do presidente, ou na vitória tímida da PEC dos Precatórios, proposta determinante para os planos do Ministério da Economia no próximo ano. Para 2022, a previsão do governo é de atrito ainda mais intenso. Fonte: Congresso em Foco

Economia

Adiamento da votação do Refis para 2022 frustra médias e grandes empresas. A decisão da Câmara de adiar para 2022 a votação de um novo programa de parcelamento de dívidas (Refis) para as médias e grandes empresas frustrou os setores que aguardavam a aprovação do projeto, uma demanda que vem desde o ano passado, quando a pandemia da covid-19 provocou queda abrupta do crescimento do País. O novo programa abrangeria de tributos como o Imposto de Renda a parcelas atrasadas do eSocial, a plataforma de registro para o cumprimento de obrigações trabalhistas e tributárias. Fonte: O Estado de S. Paulo

DF e 21 Estados registram crescimento no superávit primário, mostra Tesouro Nacional. Vinte e um Estados, além do Distrito Federal, elevaram seus saldos de superávit primário (diferença entre receitas e despesas, exceto gastos com juros) de janeiro a outubro deste ano, comparado com igual período de 2020. É o que mostram dados divulgados pela Secretaria do Tesouro Nacional na segunda-feira (20), no Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) de Estados e municípios. O Valor informa, em sua edição de hoje, que a arrecadação forte e a contenção de despesas, principalmente por causa da regra adotada durante a pandemia que congelou salários de servidores em 2020 e 2021, abriu caminho para mais investimentos. O crescimento de janeiro a outubro foi de 28,1%. Fonte: Valor Econômico

Guedes diz que governo colocou o país em pé de novo. “Colocamos o país em pé de novo. Nossas políticas econômicas estão dando resultado”, afirmou o ministro da Economia, Paulo Guedes, na sexta-feira (17), durante entrevista coletiva em que falou das realizações do governo federal em 2021 e das perspectivas para 2022. “Não foi apenas a recuperação rápida da economia, a volta do emprego. Honramos o nosso duplo compromisso: com a saúde dos brasileiros e com a responsabilidade fiscal”, disse o ministro. Sobre 2022, Guedes aconselhou: “Cuidado, pessimistas. Recomendo moderação”. Segundo ele, no ano que vem haverá desaceleração do crescimento, por causa da inflação, mas, por outro lado, ocorrerá “a transição para o crescimento sustentável, rumo à economia de mercado”. Em relação à abertura econômica, salientou que, para que aconteça de forma mais rápida, será preciso “remover ineficiências”, dando como exemplos a elevada carga tributária sobre as empresas e o alto custo da energia. Fonte: ASCOM ME

Orçamento 2022: Relator prevê R\$ 1.210 para o salário-mínimo. Relator do Orçamento de 2022, o deputado Hugo Leal (PSD-RJ) apresentou na segunda-feira uma nova versão do parecer em que prevê que o salário-mínimo passará dos atuais de R\$ 1.100 para R\$ 1.210 no próximo ano. O texto tinha previsão de ser apreciado na segunda-feira pela Comissão Mista de Orçamento (CMO) e, depois, em plenário na Câmara dos Deputados, mas a deliberação foi adiada por falta de acordo entre os parlamentares. A reunião deve ser retomada na terça. O cálculo do salário-mínimo é estipulado com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), estimado pelo relator em 10,18%. O percentual exato, no entanto, só será divulgado em janeiro, com o valor fechado de 2021. Fonte: O Globo

Líderes do Mercosul assinam declaração sobre integração digital. O Ministério das Relações Exteriores do Brasil divulgou na sexta-feira (17) a íntegra da Declaração Presidencial sobre a Integração Digital no Mercosul. O documento foi aprovado durante a 59ª Cúpula de Chefes de Estado do bloco econômico, realizada durante a manhã de hoje por meio de videoconferência. No texto, os líderes regionais apontam o papel-chave dos governos na transformação digital, na expansão dos serviços digitais para a sociedade, no aumento da eficiência econômica, da inclusão social e da promoção do acesso à informação pública por parte das pessoas, trabalhando de modo proativo no desenvolvimento de políticas conjuntas visando a reverter as desigualdades regionais. Fonte: Agência Brasil

Fórum Econômico Mundial é adiado por causa da variante ômicron. O Fórum Econômico Mundial foi adiado novamente, dessa vez em meio a preocupações com a variante ômicron do coronavírus. O encontro presencial ocorreria entre 17 e 21 de janeiro de 2022 em Davos, na Suíça, e agora está previsto para o início do verão no hemisfério norte, que começa no final de junho. "As condições atuais da pandemia tornam extremamente difícil fazer um encontro mundial de forma presencial", afirmaram na segunda-feira (20) os organizadores. "Apesar dos rígidos protocolos sanitários da reunião, a transmissibilidade da ômicron e seu impacto nas viagens e na mobilidade tornaram o adiamento necessário. Fonte: Folha de S.Paulo

Tributário

Por decisão do Congresso, Simples não pode ser classificado como renúncia tributária. Considerado pela Receita Federal como a maior renúncia tributária, o Simples Nacional não pode mais ser classificado dessa forma. Foi o que decidiu o Congresso Nacional na sexta-feira (17), ao derrubar um veto do presidente Jair Bolsonaro a um dispositivo da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) que proibia classificar o programa dessa forma. Paradoxalmente, a derrota do veto presidencial foi comemorada por parte do governo. "Depois de muitos anos de luta em que defendemos a tese que o Simples não é uma renúncia fiscal e sim um regime próprio de tributação, conseguimos vencer as resistências", disse ao Valor o assessor especial do Ministério da Economia Guilherme Afif Domingos, ex-presidente do Sebrae e um dos criadores do Simples. As renúncias tributárias, que são programas nos quais o governo deixa de cobrar impostos sobre determinados setores, estão na mira do governo para uma revisão que as reduza. Segundo dados da Receita Federal, elas somarão R\$ 348,3 bilhões em 2022. Fonte: Valor Econômico

Governo estuda medida provisória para ampliar transação tributária. O governo estuda editar uma medida provisória (MP) para ampliar os mecanismos de transação tributária – negociação entre o poder público e o devedor para pagamento de impostos atrasados – como uma alternativa ao programa de refinanciamento de dívidas tributárias (Refis) em discussão na Câmara, afirmaram fontes ao Valor. Na equipe econômica, a transação sempre foi defendida porque permite negociar descontos com quem de fato precisa, por estar em dificuldades financeiras, e considerando a capacidade de pagamento, enquanto o Refis afeta a todas as empresas indistintamente, tenham atingido prejuízo ou lucro, com a concessão de descontos em multas e juros, o que estimularia a inadimplência. Fonte: Valor Econômico

Desacordo entre partidos adia votação de PL que cria Programa de Regularização Tributária. A não chegada a um acordo dos partidos políticos fez o plenário da Câmara dos Deputados adiar a votação do PL 4.728/2020, originado no Senado Federal e que trata de reabrir o prazo para os devedores do fisco aderirem ao Programa Especial de Regularização Tributária (Pert). Em seu relatório, o deputado André Fufuca (PP-MA) diz que o novo prazo de adesão ao programa contará da publicação da futura lei até o último dia útil do terceiro mês seguinte e beneficia empresas e pessoas físicas com débitos vencidos até o mês anterior ao de publicação, abrangendo inclusive pessoas jurídicas em recuperação judicial ou falência e as incorporadoras imobiliárias. Durante a sessão que aconteceu nesta quinta-feira, 16, a maioria dos partidos decidiu pela obstrução dos trabalhos durante a votação do requerimento que pedia o adiamento da apreciação da matéria, pois não se chegou a um acordo sobre os descontos direcionados às micros e pequenas empresas, que eram menores que os destinados para outras pessoas jurídicas. Fonte: TeleTime

Judiciário

Prazos processuais no STF ficam suspensos entre 20 de dezembro e 31 de janeiro. Os prazos processuais no Supremo Tribunal Federal (STF) ficarão suspensos de 20 de dezembro de 2021 a 31 de janeiro de 2022. A definição está na Portaria 269/2021, assinada pelo diretor-geral da Corte, Edmundo Veras. Não haverá expediente entre 20 de dezembro de 2021 e 6 de janeiro de 2022. Nesse período, fica mantido o plantão judicial para recebimento de pedidos com risco imediato de perecimento do direito. O protocolo de petições e processos será admitido por meio exclusivamente eletrônico, nos termos da Resolução 693/2020. O horário de funcionamento dos setores de apoio ao plantão judicial será das 13h às 18h. Fonte: Portal STF

Presidente do STF divulga calendário de julgamentos do primeiro semestre de 2022. O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Luiz Fux, divulgou, na sexta-feira (17), o calendário de julgamentos do primeiro semestre do Ano Judiciário 2022. Entre os destaques da pauta estão o referendo da liminar que determinou a exigência de comprovante de vacina para quem vem do exterior (ADPF 913) e da liminar que suspendeu regras da Portaria 620/2021, do Ministério do Trabalho e Previdência, que proíbem empresas de exigirem comprovante de vacinação na contratação ou na manutenção do emprego do trabalhador. Estão previstas 39 sessões plenárias de julgamento a serem realizadas pelo STF entre fevereiro e junho de 2022. Fonte: Portal STF

Último Foco

STF mantém fim de adicional de ICMS no comércio eletrônico a partir de 2022. Os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) bateram o martelo sobre a cobrança do adicional de ICMS no comércio eletrônico. A partir de 2022, os Estados só poderão exigir o imposto se houver uma lei complementar federal autorizando. Essa cobrança, chamada diferencial de alíquotas (Difal), varia conforme o Estado de origem e de destino do produto. Uma varejista estabelecida em São Paulo, por exemplo, que vende uma mercadoria para um consumidor residente no Ceará, hoje precisa recolher ICMS para o Fisco paulista e a Difal para a Fazenda cearense. A cobrança vinha sendo feita com base em normas estaduais. Fonte: Valor Econômico

Projeto que regulamenta cobrança de ICMS em operação interestadual vai a sanção. Segue para sanção projeto, do senador Cid Gomes (PDT-CE), que regulamenta a cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre vendas de produtos e prestação de serviços a consumidor final localizado em outro estado. O Senado aprovou na segunda-feira (20) um substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei Complementar (PLP) 32/21. Foram 70 votos favoráveis e nenhum contrário. A proposta, que altera a Lei Kandir (Lei Complementar 87, de 1996), procura evitar falta de regulamentação a partir de 2022 em razão de decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), de fevereiro deste ano, que considerou inconstitucionais várias cláusulas do Convênio 93/15, do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), que reúne todos os secretários estaduais de Fazenda. Fonte: Agência Senado

Presidente Jair Bolsonaro edita Decreto que cria o Serviço de Identificação do Cidadão. O Presidente da República, Jair Bolsonaro, editou Decreto Nº 10.900, de 17 de dezembro de 2021 que cria o Serviço de Identificação do Cidadão (SIC), que será o meio de identificação no acesso aos sistemas da administração pública federal. O objetivo é identificar o cidadão de forma segura (inclusive com biometria), universalizada e digital, permitindo o acesso aos serviços públicos federais. O texto prevê que o sistema será obrigatório para toda a administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Posteriormente, Estados, outros entes públicos e até privados também passarão a empregar o sistema para confirmação da identidade de indivíduos que precisarem utilizar os serviços federais. Tudo isso com total aderência à Lei 13.709/2018 ou Lei Geral de Proteção de Dados. O texto do Decreto é resultado de um trabalho articulado pela Secretaria Especial de Modernização do Estado (Seme) da Secretaria-Geral da Presidência da República, em parceria com a Casa Civil, com o Ministério da Justiça e Segurança Pública e com o Ministério da Economia. Fonte: ASCOM Casa Civil

Mais moderna, rápida, segura e inclusiva: modelo 2020 da urna eletrônica traz uma série de inovações. Implementado no Brasil a partir das Eleições Municipais de 1996, o sistema eletrônico de votação nunca

permaneceu o mesmo por muito tempo. Embora a aparência da urna que as cidadãs e os cidadãos encontram nas seções eleitorais seja praticamente a mesma nesses 25 anos, por dentro ela sofreu modificações e melhorias importantes já a partir de 1998. E não parou por aí: em 2000, 2002, 2004, 2006, 2008, 2009, 2010, 2011, 2013, 2015 e 2020, a segurança embarcada nos modelos da urna eletrônica também ficou ainda mais robusta. Fonte: TSE

Projeto prevê incentivo fiscal para concluir obras abandonadas de escolas. O Projeto de Lei 2370/21 institui o Programa Nacional de Apoio aos Conselhos Comunitários de Educação (Prococed), de âmbito municipal, para captar e canalizar recursos, por meio de incentivo fiscal, para finalização de obras, reformas e restaurações das escolas públicas desocupadas, inacabadas ou depredadas. A proposta, do deputado Nereu Crispim (PSL-RS), está em análise na Câmara dos Deputados. Fonte: Agência Câmara

Subcomissão quer excluir educação do teto de gastos. A Comissão de Educação (CE) aprovou na segunda-feira (20) o relatório da subcomissão que fiscaliza a retomada educacional no país durante a pandemia. O relatório do presidente da subcomissão, Flavio Arns (Podemos-PR), faz 40 recomendações ao governo e ao Parlamento sobre ações a serem tomadas em 2022 para superar o déficit em infraestrutura e prejuízos ao setor. Leia o relatório aqui. Os desdobramentos das recomendações serão acompanhadas pelo colegiado. Uma das propostas é excluir a educação do teto de gastos (Emenda Constitucional 95). Para Arns, é evidente que desafios orçamentários também precisam ser enfrentados na retomada. Fonte: Agência Senado

Ministério da Educação avalia status da implementação do Novo Ensino Médio. O Governo Federal, por meio do Ministério da Educação (MEC), promoveu o Webinário Nacional de Monitoramento do Novo Ensino Médio. Na ocasião, foi lançado o Painel de Monitoramento do Novo Ensino Médio, que apresenta os principais dados e o status de implementação da nova modalidade de ensino em todo o Brasil. O evento, que aconteceu durante os dias 16 e 17 de dezembro, contou com a participação de gestores escolares e equipes técnicas das Secretarias de Educação que compartilharam práticas exitosas na implementação do Novo Ensino Médio (NEM). Também participaram os representantes das secretarias do MEC, representantes do CNE, Consed, Fomced e Banco Mundial. Fonte: ASCOM MEC

Projeto dá exclusividade a estatais nos serviços públicos estratégicos de tecnologia da informação. O Projeto de Lei 2270/21 estabelece o regime de privilégio exclusivo da União na prestação de serviços públicos estratégicos de tecnologia da informação, considerados de relevante interesse coletivo e de segurança nacional. Adicionalmente, a proposta em análise na Câmara dos Deputados proíbe a inclusão do Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) e da Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social (Dataprev) no Programa Nacional de Desestatização (PND), cujas regras estão na Lei 9.491/97. Fonte: Agência Câmara

Ataque hacker derruba sistemas e exclui dados da PF e PRF. Um ataque cibernético derrubou o sistema interno da Polícia Federal (PF) e da Polícia Rodoviária Federal (PRF). De acordo com informações obtidas com exclusividade pelo R7, dados de policiais com dívida ativa com a União foram apagados durante a investida criminosa. As equipes de segurança do governo acreditam também que informações de condutores cadastrados em bancos de dados das corporações foram excluídos. As corporações foram atingidas no dia 10 em meio a um ataque a diversos órgãos do governo, que teve como alvo principal o Ministério da Saúde. De acordo com fontes policiais ouvidas pela reportagem, os sistemas permanecem fora do ar e os dados ainda não foram recuperados. Fonte: Correio do Povo

Senado aprova projeto que regulamenta diferencial de ICMS para comércio eletrônico. O plenário do Senado aprovou, na segunda-feira, um projeto de lei complementar para regulamentar o Diferencial de Alíquota do ICMS (Difal), utilizada para dividir a arrecadação do comércio eletrônico entre o Estado de origem da empresa e o do consumidor. Com isso, o texto será enviado à sanção presidencial. O texto corrige um problema que surgiu por causa de uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que declarou inconstitucional uma normativa do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz). Essa normativa regulamentava a emenda constitucional de 2015, que dividiu entre o Estado de origem da empresa (onde está localizado o centro de distribuição do produto) e o Estado do consumidor a arrecadação de ICMS pela venda de produtos pela internet. Fonte: Valor Econômico

Congresso aprova crédito extra para financiamento de projetos do CNPq. O Congresso Nacional aprovou na sexta-feira (17) um projeto que abre R\$ 151 milhões em créditos suplementares ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI) e R\$ 128 milhões para o Ministério da Agricultura. A medida foi aprovada em votação simbólica. O texto vai à sanção presidencial. A medida foi aprovada em votação simbólica. O texto vai à sanção presidencial. A abertura de crédito foi solicitada pelo governo em 30 de novembro. Segundo o projeto, os recursos serão obtidos a partir das reservas de contingência (recursos bloqueados) de orçamento dos ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovações; da Educação, da Defesa, e de encargos financeiros da União. Fonte: G1 Notícias

AGU pede ao STF suspensão do repasse de R\$ 3,5 bi do Fust para educação. A Advocacia-Geral da União (AGU) protocolou no último dia 13 de dezembro, petição no Supremo Tribunal Federal (STF) pedindo a suspensão total da eficácia da Lei 14.172/2021, que prevê o repasse de R\$ 3,5 bilhões de recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust) para estados, municípios e Distrito Federal garantirem acesso à Internet para professores e alunos da rede pública de ensino. A legislação previa que estes recursos deveriam ser repassados em até 30 dias após a publicação da lei, no caso, até 10 de julho. O pedido da AGU vem após a perda de eficácia da MP 1.060/2021, que regulava esse repasse diferentemente da lei aprovado pelos parlamentares. Fonte: TeleTime

Plataforma de avaliações poderá ajudar a medir conhecimentos de alunos. A partir do ano que vem, professores, diretores e gestores de todo o país poderão contar com avaliações prontas para serem aplicadas a estudantes de ensino médio para averiguar o que foi e o que não foi aprendido durante a pandemia. Os testes estarão disponíveis na plataforma Avaliações Diagnósticas e Formativas desenvolvida pelo Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAEd) da Universidade Federal de Juiz de Fora em parceria com o Ministério da Educação (MEC). Além de disponibilizar as avaliações, que podem ser baixadas e impressas para a aplicação nas salas de aula, a plataforma também possibilita a análise dos resultados dos exames e do desempenho dos estudantes, além de oferecer respostas comentadas. A plataforma foi apresentada na sexta-feira (17) no Webinário Nacional de Monitoramento do Novo Ensino Médio. Fonte: Agência Brasil

Anatel adia para 2022 nova proposta para regularizar uso dos postes de energia. O Conselho Diretor da Anatel postergou o debate público de uma nova tentativa de solução para o uso dos postes do setor elétrico pelas operadoras de telecomunicações. Em que pese se tratar de um texto alinhado com a Agência Nacional de Energia Elétrica, pedido de vista de Vicente Aquino garante que o assunto não voltará a ser tratado antes de fevereiro de 2022. A Aneel, por sua parte, já está com a consulta pública na rua. Como já antecipado nessa consulta aberta pela Aneel, a nova proposta impõe um plano de regularização anual, com foco nos 12 milhões de postes considerados prioritários – dos 46 milhões existentes no país. Esse plano anual, a durar pelo menos uma década, deve contemplar a regularização de 2% a 3% dos postes críticos em cada área de atuação das distribuidoras de energia envolvidas. Fonte: Convergência Digital

Anatel aperta o cerco e inclui fabricantes e PPPs nas regras de cibersegurança. A Anatel vai colocar em consulta pública, por 45 dias, uma instrução normativa que traz mudanças às regras sobre cibersegurança adotadas pela agência há exatos 12 meses. Os principais ajustes envolvem incluir parte das prestadoras de pequeno porte, bem como os fabricantes de equipamentos, nas obrigações previstas no 'Regulamento de Segurança Cibernética Aplicada ao Setor de Telecomunicações'. Em que pese divergências sobre o tema no GT-Ciber da Anatel, com as grandes querendo incluir as PPPs, e as próprias resistindo, prevaleceu o entendimento de que as regras de segurança cibernética devem ser estendidas a qualquer operadora que detenha infraestruturas críticas. Fonte: Convergência Digital

Fuga de talentos em TIC para o exterior aumenta em 2021. Com o uso de Inteligência Artificial, a Yocto, consultoria boutique em recrutamento e seleção de TI, inovação e digital, preparou um Guia Salarial dos principais cargos do setor. O material pesquisou os cargos de especialista, coordenador, gerente e gerente sênior, ou seja, da média à alta gerência, que é a área de atuação da Yocto. Os valores consideram apenas os salários brutos mensais, desconsiderando outros benefícios, como bônus e remunerações variáveis. Foram analisados vários cargos dentro das áreas de segurança da informação, engenharia de software e ERP, infraestrutura, engenharia de dados, executivos de TI (como CTO, CSIO, CPO, CDO e CIO), inovação e digital (como Product Owner, Scrum Master, Agile Coach, UX e UI). Fonte: Convergência Digital

Apps de transporte vão disputar plataforma digital única nacional do Governo. Depois da substituição gradual de automóveis próprios para deslocamento de servidores públicos, no modelo de despacho por aplicativos conhecido como TáxiGov, o governo federal prepara a licitação de um sistema integrado, aberto ao credenciamento de diferentes empresas e atendimento em todo o território nacional. Batizada de Transporte.gov.br, trata-se de uma plataforma de gestão digital em diferentes empresas, como Uber, 99, ou atuais contratadas no modelo TáxiGov, como a Vip Service, poderão se cadastrar. Elas serão unidas nesse sistema nacional por APIs de forma que quando um servidor público precisar de deslocamento, terá uma série de fornecedores à disposição e poderá escolher aquela que oferecer o menor preço para determinado trajeto. Fonte: Convergência Digital

Governo tira Telebras, mas mantém vendas de Serpro e Dataprev para 2022. No mais novo slide dos 153 ativos possíveis de venda do governo, feito pelo programa de Parcerias de Investimentos (PPI), em reunião realizada esta semana, a Telebras saiu da lista de vendas. Mas não há nenhuma explicação para a retirada da estatal. O que parece ser a razão: a possível gestão da rede privada do governo, a ser montada pelos vencedores do leilão 5G e da participação da empresa no programa Wi-Fi Brasil, usado pelo governo federal. Já Serpro e Dataprev- apesar das reclamações por conta dos dados pessoais- seguem na lista. Não há nela um prazo para a efetivação dos leilões de privatização, mas no último oficial, o governo colocou a venda das duas empresas para o segundo semestre de 2022, em plena campanha eleitoral para a presidência da República. Fonte: Convergência Digital

Barroso tenta cooperação com o Telegram contra disparo de fake news nas eleições. Em mais um esforço para minimizar o impacto das fake news nas eleições 2022, o ministro Luís Roberto Barroso, presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), tenta uma aproximação com a diretoria do aplicativo de mensagens Telegram na esperança de obter a cooperação da plataforma no combate à desinformação. Barroso mandou um ofício ao diretor executivo do aplicativo, Pavel Durov, pedindo uma reunião para avaliar possíveis medidas. Como a empresa não tem escritório no Brasil, a sugestão é que o encontro ocorra com algum representante da plataforma. Fonte: O Estado de S. Paulo

Governo insiste com o TCU para negociar terreno da CEITEC. O Tribunal de Contas da União avalia permitir que o governo federal abra negociações sobre o terreno onde está instalado o Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada, Ceitec, tirando essa tratativa da decisão da Corte de Contas que suspendeu o processo de liquidação da estatal do chip. A Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, Sest, do Ministério da Economia, quer abrir uma brecha no Acórdão 2061/21, pelo qual o TCU determinou que o governo suspendesse os procedimentos relacionados à liquidação do Ceitec, enquanto perdura a análise sobre o caso. Alega a Sest que “a discussão acerca da propriedade do terreno é assunto de interesse direto da empresa, independentemente de qualquer discussão realizada quanto ao mérito do processo desestatização”. Fonte: Convergência Digital

Log4J: falha atingiu mais de 60% das redes corporativas no Brasil. O setor de TI foi o mais varrido pelos cibercriminosos para o aproveitamento da vulnerabilidade do Log4J-2, classificada pela Fundação Apache, como uma falha de nível 10, em uma escala de 1 a 10. O Apache já soltou versões urgentes e recomenda a atualização imediata dos sistemas. Em seu último boletim, a Check Point Software informou ter registrado 2,8 milhões de varreduras nas redes que defende – sendo mais de 46% dessas tentativas feitas por grupos mal-intencionados conhecidos pelos pesquisadores da empresa. Os dados mostram que no Brasil, pelo menos 60% das redes corporativas foram vasculhadas para encontrar brechas de vulnerabilidades no Log4J-2. Na América Latina, o índice ficou em 48,1%. Há um dado curioso: o varejo é um dos menos atacados com 32,3%. O país mais atacado é o Nepal, com 72%. Fonte: Convergência Digital

Privatizações do PPI geraram “expectativa de investimentos” de R\$ 334 bilhões. O Programa de Parceria de Investimento (PPI) deste ano prevê que o país terminará o ano com R\$ 334 bilhões em investimentos contratados com os leilões de 2021. Para 2022, estão previstas operações com mais 153 ativos, o que garantirá mais R\$ 389,3 bilhões a serem aplicados em novos projetos. O total de investimentos alavancado para o país pelo PPI no período entre 2019 e 2022 alcançará a marca de R\$ 1,211 trilhão. As informações constam no balanço apresentado na quinta-feira, 16, após a realização da 19ª reunião do Conselho do PPI. O balanço do PPI revelou o perfil dos 60 leilões já realizados em 2021, que geraram expectativa de investimentos de R\$ 334 bilhões e recolhimento de R\$ 51 bilhões em outorgas e bônus. Durante este ano, um dos destaques

foi o leilão do 5G, no início de novembro. O valor do certame ficou abaixo do esperado pelo governo federal: R\$ 47,2 bilhões. A expectativa era arrecadar R\$ 49,7 bilhões. Fonte: Tele Síntese

Anatel marca reunião extraordinária para resolver pedido da Starlink, de Elon Musk. O conselheiro da Anatel Vicente Aquino pautou, em caráter extraordinário, o processo de autorização de satélite estrangeiro para a constelação de órbita baixa (LEO) Starlink, do magnata Elon Musk, controlador da Starlink, SpaceX e Tesla, entre outras empresas. A reunião do conselho diretor acontece na segunda, dia 20. A empresa pede autorização para operar a sua rede de satélites de órbita baixa no País. Na mesma convocação, Aquino colocou ainda em pauta outro processo semelhante de constelações de órbita baixa, referente ao pedido da constelação Swarm. Segundo apurou TELETIME, o conselho da Anatel foi pego de surpresa pelo pedido de Vicente Aquino, já que esse tipo de processo geralmente demanda urgência e o caso estava até a última quarta feira ainda em fase de diligências, com a área técnica concluindo a análise dos documentos complementares encaminhados pela Starlink. Fonte: TeleTime